



XXXIII CONIC 23/24

Congresso de Iniciação Científica

Ciência em Movimento: Construindo o Futuro

com Conhecimento

25 a 27 de Novembro de 2024

Impactos da reforma trabalhista na concessão de justiça gratuita aos trabalhadores hipossuficientes

Diego Almeida de Oliveira – Bolsista CNPq

Rafael da Silva Menezes – UFAM

RESUMO

A Reforma Trabalhista, instituída pela Lei 13.467/2017, transformou o acesso à justiça gratuita no âmbito trabalhista, afetando especialmente os trabalhadores hipossuficientes. Anteriormente, a justiça gratuita assegurava que esses trabalhadores pudessem buscar seus direitos sem custear despesas judiciais. No entanto, as novas exigências introduzidas pela reforma, como a comprovação de insuficiência de recursos e os honorários de sucumbência, impactaram significativamente esse direito. Diante dessas transformações, este estudo procura examinar os efeitos dessas mudanças com uma abordagem qualitativa e exploratória, incluindo a revisão bibliográfica e a análise de jurisprudência, observando como o conceito de justiça gratuita e a sucumbência recíproca passaram a ser aplicados. Na análise de decisões dos tribunais superiores, percebe-se que os novos custos processuais limitam o acesso à Justiça do Trabalho, especialmente para os mais vulneráveis, que frequentemente abrem mão de reivindicar direitos por medo das despesas que serão expostos durante o processo. E, por fim, os resultados indicam que a reforma trouxe um impacto direto na redução de ações trabalhistas e no acesso dos hipossuficientes à justiça, contrariando o objetivo de democratização e proteção do trabalhador. Logo, a nova legislação, embora intencionada a reduzir a sobrecarga judicial, impôs barreiras financeiras que tornam o acesso aos direitos trabalhistas mais restritivos e onerosos, penalizando justamente quem mais depende desse apoio jurídico.

Palavras-Chave: Reforma trabalhista; Justiça gratuita; Acesso à justiça.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, à Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/PAIC) pelo apoio e financiamento deste projeto. Agradeço também ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM), que tornaram possível a realização desta pesquisa.

Expresso minha gratidão ao meu orientador, pelas orientações e o incentivo ao longo deste trabalho, e aos colegas do laboratório de estudos jurídicos, cujas colaborações foram fundamentais para o desenvolvimento e aprimoramento desta pesquisa.

